

Índice Sistemático da Matéria

Preâmbulo	19
Preâmbulo à 11. ^a Edição	23
Preâmbulo à 12. ^a Edição	25
Preâmbulo à 13. ^a Edição	27

PRIMEIRA PARTE — GENERALIDADES

Capítulo I — O Reexame das Decisões Judiciais ao Longo dos Tempos	31
1. Escorço histórico	31
1.1. Babilônia	33
1.2. Índia.....	34
1.3. Hebreus	34
1.4. Egito.....	34
1.5. Islã.....	34
1.6. Grécia	35
1.7. Roma.....	35
1.8. Direito canônico	36
1.9. Direito reinol português.....	37
1.10. O direito processual moderno	39
a) O processo civil. Portugal e Brasil	39
b) A legislação processual trabalhista O advento da CLT	40
b.a.) O anteprojeto de 1952.....	44
b.b.) O anteprojeto de 1963.....	45
b.c.) O anteprojeto de 1991.....	47
Capítulo II — Propedêutica	48
1. Recurso e impugnação das resoluções judiciais.....	48
1.1. Recursos	50
1.2. Ações autônomas de impugnação	50
1.3. Medidas saneadoras.....	50

1.4. Providências corretivas	51
1.5. Providências ordenadoras do procedimento	51
1.6. Atos protetivos de direitos	51
2. Duplo grau de jurisdição.....	52
2.1. Duplo grau e Constituição.....	57
3. O princípio da lesividade da decisão.....	60
4. Etimologia e conceito de recurso	63
4.1. Etimologia.....	63
4.2. Conceito	63
5. Finalidade dos recursos e fundamento do direito de recorrer	68
6. Natureza jurídica.....	70
7. Classificação dos recursos.....	71
8. Recurso e direito intertemporal	77
9. Atos judiciais sujeitos a recurso	78
9.1. Sentenças	79
9.1.1. Somente o <i>decisum</i> é impugnável.....	84
9.2. Irrecorribilidade das decisões interlocutórias	88
9.3. Irrecorribilidade dos meros despachos de expediente	90
10. Condição jurídica da sentença recorrível	91
11. Sentenças irrecorribíveis	92
a) Salário mínimo	93
b) Momento de determinação da alçada	94
c) Valor determinante da alçada	94
d) Falta e fixação do valor da causa	96
e) Matéria constitucional	97
f) Recurso pelas pessoas jurídicas de direito público.....	98
g) Reunião de autos	100
h) Ação rescisória.....	101
i) Embargos de declaração	101
12. A pessoalidade dos meios recursais.....	102
12.1. Que meios o processo do trabalho reserva para o saneamento das decisões que implicarem <i>reformatio in peius</i> ?.....	104
13. O princípio da unirecorribilidade.....	105
14. Os princípios da variabilidade e da fungibilidade	106
14.1. Variabilidade	106
14.2. Fungibilidade.....	107
14.3. Síntese dos princípios recursais examinados	109

15. Forma de interposição dos recursos.....	110
15.1. A interposição de recurso mediante fac-símile	113
15.2. A interposição de recurso por meio eletrônico	114
16. Pressupostos recursais.....	114
16.1. Subjetivos (intrínsecos)	115
a) Legitimidade.....	115
b) Interesse processual.....	117
c) Capacidade.....	121
d) Representação	121
16.2. Objetivos (ou extrínsecos)	123
a) Recorribilidade do ato	123
b) Regularidade formal do ato de impugnação	123
c) Adequação.....	124
d) Tempestividade.....	125
d.a) Princípio da utilidade dos prazos.....	128
d.b.) Princípio da continuidade.....	130
d.c.) Princípio da inalterabilidade.....	131
d.d.) Princípio da peremptoriedade.....	131
d.e.) Princípio da preclusão	131
e) Representação.....	137
f) Depósito pecuniário	141
g) Pagamento das custas.....	148
h) Delimitação de matérias e valores.....	156
i) Prequestionamento.....	157
j) Transcendência	157
k) Falta de impugnação dos fundamentos da decisão.....	158
l) Repercussão geral	159
17. Juízo de admissibilidade.....	159
18. Recurso pelas pessoas jurídicas de direito público.....	164
19. Recurso e litisconsórcio	166
20. Recurso interposto por terceiro	168
21. Recurso interposto por ambas as partes	170
22. Recurso total e recurso parcial	172
23. Aceitação tácita da sentença	175
24. Desistência do recurso	177
25. Renúncia ao direito de recorrer	180
26. Efeitos dos recursos	182
a) Efeito devolutivo.....	182

b) Efeito suspensivo	185
c) Efeito expansivo	186
d) Efeito translativo	187
e) Efeito substitutivo	188
27. As questões de fato não propostas perante o órgão de primeiro grau	194
28. As nulidades arguidas no recurso	196
28.1. Princípio da transcendência	199
28.2. Princípio da instrumentalidade	200
28.3. Princípio da convalidação	202
28.4. Princípio da proteção	202
29. Eficácia e substitutividade da decisão proferida pelo juízo recursal	204
29.1. Recurso admitido	205
29.2. Recurso não admitido	205
30. Recurso extraordinário e execução da sentença	207
31. O retorno dos autos ao juízo de origem	209
32. Os recursos nas tutelas provisórias	211
a) Tutela antecipada requerida em caráter antecedente	212
b) Tutela cautelar requerida em caráter antecedente	212
c) A tutela incidental	212

SEGUNDA PARTE — DOS RECURSOS EM ESPÉCIE

Capítulo I — Recurso Ordinário	217
1. Breves notas históricas	217
2. Cabimento do recurso	223
2.1. Das decisões de primeiro grau	224
2.2. Das decisões dos tribunais	227
3. Forma de interposição. Fundamentação	229
4. Devolutibilidade	232
5. Questões de fato não propostas no juízo <i>a quo</i>	234
6. Declaração do efeito em que o recurso é recebido	235
7. Processamento do recurso e técnica do julgamento	236
7.1. No procedimento ordinário	236
a) Interposição	236
b) Medidas preliminares	237
c) Julgamento	239
7.2. No procedimento sumariíssimo (CLT, art., 895, § 1.º)	242
7.2.1. Distribuição imediata	243
7.2.2. Sem revisor	243

7.2.3. Prazo para o visto do relator.....	244
7.2.4. Pauta de julgamento	244
7.2.5. Parecer do Ministério Público.....	244
7.2.6. O acórdão.....	245
7.2.7. Especialização de turma.....	248
Capítulo II — Recurso de Revista.....	249
1. Escorço histórico.....	249
2. Considerações propedêuticas.....	250
3. Cabimento do recurso.....	253
3.1. Divergência jurisprudencial	253
3.2. Violação de literal disposição de lei federal ou afronta direta e literal da Constituição da República.....	260
3.3. O prequestionamento.....	263
a) na mesma relação jurídica processual	264
b) no plano dos recursos de natureza extraordinária.....	264
4. O problema da transcendência	267
5. Processamento do recurso	280
5.1. No procedimento ordinário.....	280
a) No TRT	280
b) No TST.....	281
5.2. No procedimento sumariíssimo.....	282
6. O Incidente de Uniformização da Jurisprudência.....	289
6.1. A expressão legal.....	290
6.2. O instituto	291
6.3. A finalidade.....	292
6.4. Requisitos.....	293
6.5. O procedimento	294
7. O julgamento dos recursos de revista repetitivos.....	302
Capítulo III — Embargos.....	326
1. Conceito e aspectos históricos.....	326
2. Cabimento do recurso	327
3. Processamento.....	329
Capítulo IV — Embargos Infringentes.....	332
1. Cabimento.....	332
2. Processamento.....	332

Capítulo V — Agravo de Petição	334
1. Lineamentos históricos	334
2. Cabimento.....	334
a) Decisão	335
a.a) Despacho com conteúdo decisório	336
b) Decisão interlocutória	337
c) Sentença	339
d) Execução.....	341
e) Síntese.....	341
2.1. O problema da impugnação da decisão que julga exceção de pré-executividade.....	342
2.2. Inadmissibilidade do recurso de revista das decisões proferidas no julgamento de agravo de petição.....	343
2.3. Inadmissibilidade do agravo de petição	344
a) Das decisões proferidas nas ações de alçada	344
b) Quando o devedor não houver oferecido embargos à execução	346
b.a.) Impugnação.....	346
b.b.) Embargos.....	347
b.c.) Depósito em dinheiro	348
b.d.) Efeito da interposição.....	350
b.e.) Custas.....	353
b.f.) Processamento.....	356
 Capítulo VI — Agravo de Instrumento	 359
1. Histórico.....	359
2. Cabimento.....	359
3. Não cabimento	364
3.1. Indeferimento de prova.....	364
3.2. Deferimento de produção de prova à parte contrária.....	364
3.3. Admissão ou denegação de intervenção de terceiros.....	364
3.4. Decisão que admite recurso de revista.....	364
3.5. Decisão que rejeita embargos à execução.....	365
3.6. Decisão denegatória de agravo de instrumento.....	365
4. Traslado	366
5. Juízo de apresentação	367
6. Juízo de retratação.....	368
7. Efeito	369
8. Devolução	370
9. Processamento.....	371

Capítulo VII — Embargos de Declaração	374
1. Antecedentes históricos.....	374
2. Os embargos de declaração na CLT.....	376
3. Conceito e finalidade.....	377
4. Natureza jurídica.....	378
5. Inalterabilidade do julgado.....	379
6. Pronunciamentos jurisdicionais embargáveis.....	381
7. Matéria não embargada.....	385
8. Prazo para o oferecimento.....	387
9. Interrupção do prazo para recurso.....	389
10. Causas para a oponibilidade dos embargos.....	392
10.1. Obscuridade.....	392
10.2. Contradição.....	392
10.3. Omissão.....	394
10.4. O problema da dúvida.....	396
11. Embargos protelatórios.....	397
12. Embargos à sentença declarativa.....	403
13. Embargos simultâneos.....	405
14. Erros de escrita ou de cálculo.....	406
15. Processamento.....	407
15.1. Em primeiro grau.....	407
15.2. Nos tribunais.....	411
16. Embargos de declaração e prequestionamento.....	414
16.1. Negativa de prestação jurisdicional.....	414
17. Uma nova faceta dos embargos declaratórios.....	416
Capítulo VIII — Agravo Regimental	419
1. Considerações introdutórias.....	419
2. Cabimento.....	420
2.1. No TST.....	420
2.2. Nos Tribunais Regionais.....	421
3. Formação do agravo.....	421
4. Juízo de retratação.....	422
5. Processamento.....	422
Capítulo IX — Agravo Interno	424
1. Cabimento.....	424
2. Processamento.....	424

2.1. Nos Tribunais Regionais	424
2.2. No Tribunal Superior do Trabalho	424
Capítulo X — Pedido de Revisão do Valor da Causa	426
1. O valor da causa	426
2. Pressupostos.....	430
3. Natureza jurídica.....	430
4. Efeito	431
5. Processamento.....	431
Capítulo XI — Recurso Extraordinário	433
1. Aspectos históricos	433
2. Natureza jurídica.....	435
3. A matéria na CLT.....	436
4. Pressupostos.....	437
4.1. Contrariedade à Constituição	438
4.2. Declaração de inconstitucionalidade	440
4.3. Julgar válida lei ou ato do governo local contestado em face da Constituição.....	441
4.4. Julgar válida lei local contestada em face da lei federal	442
4.5. Repercussão geral	442
5. Súmulas do STF sobre a matéria.....	443
6. Interposição e processamento	454
7. O julgamento dos recursos extraordinários repetitivos.....	458
Capítulo XII — Correição Parcial	466
1. Nótulas históricas.....	466
1.1. A correição no direito estrangeiro antigo	466
1.2. A correição parcial no Brasil	467
2. Natureza jurídica.....	468
3. Cabimento.....	469
3.1. Ato atentatório à boa ordem processual	470
a) Conversão do julgamento em diligência	471
b) Indeferimento de provas.....	472
c) Designação de audiência.....	472
3.2. Inexistência de recurso específico.....	474
a) Recursos.....	474
b) Mandado de segurança.....	474
c) Correição parcial.....	475

4. Pressupostos, propriamente ditos	475
4.1. Competência.....	475
4.2. Legitimidade	476
4.3. Prazo	476
5. Procedimento	477
6. Recurso cabível.....	478
Capítulo XIII — Recurso Adesivo	480
1. Origem.....	480
2. Denominação	480
3. Fisiologia do instituto.....	481
4. Pressupostos de admissibilidade	487
4.1. Existência de recurso principal.....	488
4.2. Sucumbência parcial.....	488
5. Cabimento.....	489
6. Singularidades	490
7. Processamento.....	492
Capítulo XIV — Reclamação.....	494
1. A matéria, no CPC.....	495
Bibliografia.....	501